



INDIFERENTE AO DIFERENTE? DIVERSIDADE, CORPOS E SEXUALIDADES EM SALA DE AULA

SILVA, Elisana Alves da

Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea
annelisalves@gmail.com

LIMA e GOMES, Icléia Rodrigues

Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea
limaegomes@yahoo.com.br

134

RESUMO

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa que se encontra em andamento e, se debruça à temática das (in) visibilidades referentes aos corpos, a diversidade e sexualidades existentes em sala de aula de algumas escolas estaduais do município de Cuiabá estado de Mato Grosso, a partir da observação e também quanto ao pronunciamento, aos entendimentos subjetivos, visões e percepções presentes nas práticas pedagógicas de educadores. Pretende-se considerar neste texto alguns apontamentos da educação inclusiva e alguns dos direcionamentos presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais, do Ministério da Educação e das Orientações Curriculares elaboradas pela Secretaria de Estado de Educação divulgadas e distribuídas nas unidades escolares mato-grossenses e utilizamos também o suporte de bibliografias que tratam dos temas mencionados e que possibilitaram a movimentação deste diálogo.

Palavras-chave: Escolas; Corpos; Sexualidades.

ABSTRACT

The present work integrates a research that is ongoing and focuses on the theme of (in) visibility regarding the bodies, the existing diversity and sexualities in the classroom of some public schools in the city of Cuiabá, State of Mato Grosso, from observation as well as the speech, to subjective understandings, views and perceptions present in the pedagogical practices of educators. In this text, we intend to consider some notes of inclusive education and some of the directions present in the National Curriculum Guidelines of the Ministry of Education and Curriculum Guidelines developed by the State Department of Education released and distributed in Mato Grosso school units, and also using the support of bibliographies dealing with the themes mentioned before and that made possible the movimentation of this dialogue.

Keywords: Schools; Bodies; Sexualities.



INTRODUÇÃO

As temáticas que abordam a diversidade, os corpos e a sexualidade passaram a ter espaço nos debates acadêmicos, bem como nas reflexões propiciadas pelos movimentos sociais através de suas lutas e reivindicações. O alcance social destas inclui também o contexto escolar, de modo que trouxeram mudanças imprescindíveis nas políticas públicas educacionais que passaram a se refletir dentro da mesma.

A grande preocupação enfrentada pela escola e pela comunidade escolar composta por seus educadores e educadoras e gestores deve-se em virtude da evasão escolar, cuja causa ainda encontram-se relacionada, dentre outros, a gravidez precoce, a ameaça das doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS. Esta realidade exigiu que se movimentassem os trabalhos efetivos de prevenção com a finalidade de amenizar e tentar erradicar tais problemas dentro da escola, ainda que de forma superficial, insegura e por vezes utilizando-se da pedagogia do medo.

A partir da realidade que encontramos em nossas escolas, faz com que no contexto contemporâneo a necessidade de se trabalhar em âmbito educativo com questões relacionadas à diversidade de corpos e sexualidades presentes na escola se faz cada vez mais urgente. De acordo com Maffesoli apud Lima e Gomes (2000, p. 24) “a escola, não consegue mais domesticar o corpo ou impor-lhe o costume da roupa cinza e sóbria: em vez de apagado, o corpo é festejado, é “epifanizado”. É Dionizio, a paixão e o lúdico surgindo nesse presente”.

A escola muitas vezes segue no caminho inverso e desconsidera o momento de efervescência e descobertas de seus jovens alunos e alunas, cuja vivacidade dos corpos e porque não dizer de sua sexualidade encontra-se em seu auge. A escola prefere permanecer alheia e assim não perceber a existência desse corpo, que segundo Santaella (2004, p. 123), está “o corpo vivo – corpo sujeito a fadiga, ao suor, ao cheiro, aos entreveros do cotidiano, à dor, aos circuitos incompreensíveis das pulsações, aos solavancos das paixões e à opacidade do desejo – abre-se um fosso do qual emerge o corpo como sintoma da cultura. ”

Dessa maneira, pode-se pensar esta seja a realidade presente em muitas escolas e que seus educadores necessitam considerar a mesma durante o seu fazer pedagógico cotidiano, atentando-se para a compreensão de que os currículos escolares englobam segundo Caetano (2013, p. 41),



As ações escolares, culturais e tecnológicas (arquitetura, livros didáticos, vestimentas, músicas, conteúdos e dizeres científicos, meios midiáticos e outros) que, significadas na cultura, ensinam e regulam o corpo, produzindo subjetividades e arquitetando formas e configurações de viver na sociedade.

Nesse sentido, ao tratar das temáticas relacionadas ao corpo e a sexualidade na prática pedagógica, é possível pensar que alguns dos maiores desafios seja em relação a desenvolvimento do trabalho pedagógico de alguns educadores que revelam certo temor em lidar com estas temáticas, e também demonstram que não foram preparados nos cursos de formação inicial ou tiveram essa formação negligenciada, seja pela estrutura curricular de suas faculdades, seja por um menoscabo relegado ao tema.

De modo que é comum observar que estes profissionais busquem a partir de uma abordagem muitas vezes estritamente biológica e superficial encaminhar seu trabalho pedagógico o que garantia uma abordagem segura e confortável, entretanto, tal atitude desconsidera uma abordagem mais abrangente e complexa. De acordo com Silva Junior (2013, p. 82),

E quando se consideram pontos de vista que estabelecem a cultura como sendo um campo de estudos que também visibilizam relações de poder e significados multifacetados, nem sempre afluentes de masculinidade e de feminilidade, ideias essencialistas, universais e transhistóricas de homem e de mulher – no singular – passam a ser concebidas como excessivamente simplistas e questionáveis.

Neste caminho, no entanto é conveniente que se considere a implementação de ações que englobem a diversidade nos currículos escolares, na compreensão de que, conforme Rosato, (2011, p. 08):

[...] a política curricular não se define apenas por projetos a serem implementados na realidade escolar por meio de leis. A política curricular se parece mais com acordos momentâneos imbricados nos movimentos da prática escolar, da economia global, do governo em andamento [...] A política curricular, portanto, seria mais uma arena onde grupos, com diferentes posicionamentos, disputam o poder de ensinar seus projetos de realidade.

Considerando esta realidade e diante disso, surgiram algumas indagações a respeito desta problemática e que norteiam o desenvolvimento desta pesquisa em algumas escolas do município de Cuiabá no estado de Mato Grosso: como são trabalhadas pelos educadores em sala de aula as questões relacionadas à diversidade, aos corpos e às sexualidades de educandos? Os educadores do Ensino Básico percebem como se reflete a (in) visibilidade e as representações de corpos e sexualidades na vida



dos educandos? Estas questões levantadas aqui não serão respondidas, porém refletem os possíveis caminhos a serem percorridos durante a pesquisa.

Ao acionarmos os apontamentos presentes consideramos alguns encaminhamentos da educação inclusiva presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais ofertadas pelo Ministério da Educação, MEC, que norteiam a educação em nosso país e também dos materiais disponibilizados através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Secadi. Consideramos ainda, os pressupostos existentes nas Orientações Curriculares propostas pela Secretaria de Estado de Educação em Mato Grosso, estas que a partir da sua publicação e distribuição nas unidades escolares do estado, já em sua apresentação expõem a importância e a urgência em se observar a preocupação referente as diversidades encontradas nas escolas.

POR UMA EDUCAÇÃO EFETIVAMENTE INCLUSIVA

A educação inclusiva visa dar garantias de aprendizado a toda diversidade de alunos e alunas atendidos no ensino regular básico, com a finalidade de nortear as ações da escola, uma vez que de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. BRASIL, (1999, p. 93):

A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor o respeito às diferenças e não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, ao contrário, fator de seu enriquecimento [...] A atenção à diversidade é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e socialização.

Desse modo, a educação inclusiva pressupõe a inserção e a participação efetiva de todos os estudantes no processo educacional, a partir da adoção de políticas públicas que garantam a implantação e a implementação de práticas pedagógicas, dinâmicas, coletivas e flexíveis, uma vez que a atenção à diversidade de sujeitos é imprescindível no âmbito educativo.

Não é novidade afirmar que a realidade escolar abriga multiplicidades de sujeitos que ocupam diferentes papéis/lugares e funções no fazer pedagógico. Para Junqueira (2009, p. 02), “a escola é considerada um espaço decisivo para contribuir na



construção de uma consciência crítica e no desenvolvimento de práticas pautadas pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos.”

Caetano (2013, p. 51) prossegue ao afirmar que “em inúmeras situações fomos ensinados, ao longo de nosso desenvolvimento físico e psíquico, por meio das mais diversas instituições e ações sociais, a nos constituirmos ainda dicotomicamente como homens e mulheres.”

Com a finalidade de avaliar a educação inclusiva a partir da garantia de aprendizado a toda diversidade de alunos e alunas atendidos no ensino regular básico, as ações políticas do Ministério da Educação por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999) norteiam as ações da escola, para considerar a diversidade existente. Segundo este documento "a atenção à diversidade é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e socialização”. BRASIL (1999, p. 93).

Neste caminho as Orientações Curriculares para a Educação Básica, em sua apresentação esclarece que sua finalidade é de colaborar para a redução das desigualdades educacionais, de forma a dar garantias das especificidades de aprendizagens e metodologias com a preocupação de considerar a realidade e a necessidade do povo mato-grossense, o que demonstra a importância em se debater e movimentar diálogos pertinentes dentro do coletivo de seus educadores enfocando a diversidade existente na escola. Nelas, MATO GROSSO, (2012, p. 02) as temáticas que estão relacionadas as diversidades encontram-se contempladas e orientam que:

[...] na busca da formação escolar que eduque para aprendizagens e/ou afirmação de valores humanistas, tanto para o convívio quanto para uma cultura de paz é que as questões de direitos humanos, de forma ampla e específica como educação de gênero, diversidade sexual, diversidade cultural e religiosa, são temáticas focos destas orientações curriculares, na tentativa de contribuir com os/as educadores/as na inclusão sistematizada das mesmas.

Esta preocupação deve refletir-se sobremaneira no cotidiano de escolas de nosso estado e também proporcionar o uso de práticas pedagógicas voltadas para esse objetivo, preferencialmente envolvendo todos os sujeitos presentes no ambiente escolar, contribuindo para aprendizados que irão extrapolar os muros da escola.

A ideia é repensar a prática pedagógica, de acordo com Abramowicz (2006, p. 16), sobretudo porque “a educação, enquanto processo, e a escola, enquanto instituição social continuam centrais no equacionamento e/ou mediação dos dilemas colocados



para a sociedade brasileira nesse início de século XXI”. De modo que a mesma não pode se furtar de seu papel e de seu protagonismo social.

Compreender que existe a necessidade de entender que razões estariam influenciando o tratamento de profissionais da educação no que se refere às questões relacionadas a diversidade, corpos e sexualidades requer a observação de todo o coletivo de educadores e não apenas de alguns educadores responsáveis por suas respectivas disciplinas dentro da escola, é preciso ir além.

De acordo com Abramovay (2002, p. 25), a escola necessita:

Contribuir para a construção de uma cultura de paz, privilegiando a escola como lócus de reflexão, debate e como instituição capaz de uma atuação mais direta e decisiva em benefício da sua comunidade imediata e da sociedade brasileira.

Considerando-se as iniciativas e esforços, bem como, a produção de materiais de suporte pedagógico, ofertadas pelo MEC/Secadi e pela Seduc/MT, poderemos pensar que seja imperativo considerar, de acordo com Villarruel-Silva e Vetorazo (2013, p. 2) que a demanda existente dentro da escola parte das necessidades específicas enfrentadas pelos alunos que,

Embora a “vontade de saber” presente nos alunos favoreça o desenvolvimento de uma prática pedagógica transversal e/ou transdisciplinar, os professores parecem optar por afirmar o corpo como algo abstrato e meramente biológico, sem vínculos sociais, históricos e políticos. A prática pedagógica de professores e professoras na escola contemporânea parece permanecer atrelada à tradição que definiu a escolarização do discurso sobre sexualidade, no país a partir do início do século XX.

Para além do que Villarruel-Silva e Vetorazo mencionam, também é possível analisar que a dificuldade de movimentar e atender a diversidade vai além de como os educadores vivenciam em sua prática cotidiana estas relações entre diversidade, corpos e sexualidades, uma vez que existem também outros fatores que contribuem e se refletem nas escolas e salas de aula destes profissionais da educação.



INDIFERENTE AO DIFERENTE?

É recorrente encontrarmos no cotidiano escolar e entre alguns de nossos educadores a preocupação em “estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos” FOUCAULT (1997, p. 169).

Tal comportamento ocorre dentro da escola e pode ser demonstrado de forma sutil no dia a dia sem perder de vista um de seus objetivos principais, ou seja, a organização dos corpos no espaço escolar seja dentro ou fora da sala de aula e que se estende também no que se refere a tratamento dado aos corpos e sexualidade de seus alunos e alunas.

Trazemos aqui nosso entendimento de que não poderíamos mencionar corpos sem nos lembrar da sexualidade e vice-versa, uma vez que esta encontra-se associada a valores, seja ela cultural ou sob o aspecto particular. Nesse sentido é pertinente compreender, que o corpo “cria e transmite a cultura, ao mesmo tempo em que é também um produto e um reflexo dessa mesma cultura.” LOPES (2012, p. 39).

De modo que não se poderia compreender neste contexto, o corpo apenas sob a perspectiva biológica, na qual a sexualidade esteja a serviço da reprodução ou prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, pura e simplesmente.

Sobre sexualidade é esclarecedor compreender a definição dada por Guash apud Caetano (2013, p.54) como sendo,

El conjunto de prácticas y discursos relativos al género, al deseo, a la afectividad y a la reproducción que atraviesan transversalmente el sistema cultural. La sexualidad no es natural... la sexualidad está condicionada por el marco sócio-cultural en que se ubica y se adecua a la realidad de cada contexto histórico concreto.

Ao observar tais aspectos, concordamos com a contribuição de Caetano (2013, p. 59) que “o sujeito é fruto de relações sociais e culturais de um determinado de espaço-tempo (...) resultado de caminhos complexos em que dialogam as configurações biológicas, a afetividade e os desdobramentos sociais, culturais, geográficos e históricos.” Considerá-lo isoladamente tem sido um grande problema e causado efeitos devastadores que logo se refletem no contexto escolar.



A escola desempenha papel fundamental na formação de sujeitos enquanto cidadãos críticos e atuantes em nossa sociedade. Ao optar em naturalizar a heterossexualidade, compreendida aqui a partir de Rodriguez apud Caetano (2013, p. 47) como “la definición del otro por parte de quien tiene el poder de la palabra”, a escola torna as outras orientações sexuais desviantes e não naturais, portanto não aceitas e reconhecidas em seu espaço.

Esta atitude contribui para a manutenção e movimentação do padrão heteronormativo vigente em nossa sociedade, no qual não há espaço para aqueles que não seguem o modelo existente do que seja efetivamente e reconhecidamente masculino e feminino, ou seja, “a sexualidade, tem absorvido, historicamente em seus significados, elementos das relações de gênero, frequentemente submetidas a prescrições de como homens e mulheres devem vivenciá-las.” SILVA JUNIOR (2013, p. 77).

Sobre isso também é possível pensar que é eminente a necessidade de se compreender a diversidade e a sexualidade de maneira mais ampla considerando que esta “contém expressivo significado cultural, e não é simplesmente reduzida a um ato, uma anatomia, ou uma função biológica de caráter reprodutivo. Se aceitarmos a influencia cultural, a noção biológica de corpo se faz cada vez mais questionável.” CAETANO (2013, p. 53)

Na atuação de educadores em que ocorre o trato da diversidade, a mesma enfrenta no sistema escolar algumas concepções generalizantes, únicas de ser humano, de cidadania, de história e de progresso, de racionalidade, de ciência e de conhecimento de formação e de docência. Sobre isso Pereira; Diniz (2008, p. 17) nos lembra que a escola,

defronta-se com diretrizes curriculares, normas e leis, políticas, processos e tempos de ensino-aprendizagem legitimados em princípios universais. Quando essas concepções, princípios e diretrizes são tomados como padrões únicos de classificação dos indivíduos e dos coletivos, de povos, de raças, classes, etnias, gêneros ou gerações, a tendência será hierarquizá-la e polarizá-los. Fazer da diversidade desigualdades em função desses padrões únicos.

Nesse sentido, o trato pedagógico da diversidade é algo complexo que exige o reconhecimento da diferença e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de padrões de respeito de ética na garantia de direitos sociais, não se limitando ao tratamento, segundo Silva Junior (2013, p. 78) apenas “sob o viés da prevenção, do medo da doença e da morte.”



A escola é um espaço fundamental para a construção de conhecimento e promoção do (re) conhecimento da diversidade, de enfrentamento e combate às diferentes formas de exclusão como preconceito, discriminação, evasão entre outros. Souza e Valdemorim (2005, p. xiii) reforçam ao mencionar que, “o conceito de cultura escolar possibilita entrelaçar a diferença e a diversidade sem anulá-las numa abstração genérica e nisso consiste sua fertilidade explicativa”.

Por essa razão, deve estar atenta à heterogeneidade que compõe seu espaço educativo, seja em relação aos seus alunos e alunas como também entre seus pares. Sabe-se, no entanto, que a mesma tem sido, historicamente, responsável pela manutenção do padrão heteronormativo por objetivar a produção de sujeitos considerados “normais”.

Assim, ao optar por excluir sistematicamente as identidades consideradas desviantes e, negando-se a perceber e a reconhecer as diferenças existentes entre os educandos, está invariavelmente se tornando indiferente ao diferente.

Debater e refletir sobre temas relacionados aos corpos e sexualidades dos educandos no espaço escolar ainda é um desafio para a escola. Silva Junior (2013, p. 86) salienta que,

Se os estereótipos que influem na demarcação estigmatizada dos desempenhos que definem o homem e a mulher não forem visibilizado e discutidos, não será possível uma verdadeira reeducação sexual. Acredita-se, mesmo, que o fluxo de consolidação desses estereótipos exerce um forte apelo se prosseguir reproduzindo os mesmos mecanismos heteronormativos e coercitivos de poder. A sociedade, então, acaba ecoando a matriz que se origina no nível da macroestrutura social, no qual predominam a barbárie e a exclusão. Se essa matriz não for visibilizada e questionada, o resultado será o recrudescimento do preconceito, da discriminação, da exclusão e da violência.

Nesse sentido, a partir de tal preocupação e visando movimentar estas discussões no ambiente escolar, o Ministério da Educação tem se esforçado em ofertar materiais de leitura, promover debates e reflexões sobre gênero, identidade, orientação sexual; dentre outros, com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi.

Nesta linha de ação e a exemplo da Secadi/MEC, a Secretaria de Estado de Educação - Seduc/MT criou em Mato Grosso a Superintendência das Diversidades Educacionais, no ano de 2010, abrigando gerencias responsáveis pelas áreas específicas,



a exemplo da Educação Especial, Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos, Sexualidade e Gênero, Educação Ambiental, Educação de Jovens e Adultos, dentre outras e, estas perpassam todo o currículo da Educação Básica, com foco para as grandes áreas do conhecimento: Linguagem e seus códigos, Ciências da Natureza e Matemática e seus Códigos, Ciências Humanas e seus Códigos e Alfabetização.

A publicação de documentos que direcionam e dirimem o tratamento e inclusão da discussão em relação a diversidade existente dentro da escola foi materializado através do lançamento da Coleção de Orientações Curriculares para a Educação Básica (publicadas online em 2011 e impressas em 2012), englobando todas as grandes áreas do conhecimento, nas quais devem ser consideradas as diversidades nos moldes dos temas transversais, abordados nos PCNs.

Esta coleção foi construída com a colaboração da maioria dos profissionais da educação do estado que responderam ao chamamento da secretaria e se debruçaram sobre o documento para realizar contribuições efetivas que estivessem de acordo e contemplassem a realidade de suas unidades escolares.

Diante desse contexto, o que nos inquieta é que mesmo com todas estas medidas propiciadas pelas políticas públicas em nível federal e estadual, os educadores ainda não estão sensibilizados, por algum motivador específico, em inserir a diversidade, como corpo e sexualidades, no currículo escolar do ensino regular básico.

Visualizando esta problemática, sentimos a necessidade de investigar porque os educadores não se sentem seguros quanto ao planejamento e ao desenvolvimento de atividades relacionadas à diversidade de sexualidades e de corpos presentes no ambiente escolar. Percebemos que alguns deles optam em delegar essa tarefa para os colegas responsáveis pelas disciplinas de Biologia ou Ciências, os quais preferem, muitas vezes, a segurança de uma abordagem pedagógica presente em livros didáticos disponibilizados pela escola, dessa forma, ainda recaindo sobre o discurso profilático da educação sexual de higiene.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender os caminhos que proporcionam a efetivação da educação inclusiva se faz necessário que se observe, considere e respeite a diversidade existente na constituição dos sujeitos presentes no cotidiano escolar. Recorrer ao debate e ao diálogo entre educadoras e educadores que aceitem tal proposição constitui-se na implicação de que é preciso tornar estas questões visíveis e necessárias de atenção dentro das escolas.

Considerar a diversidade existente no contexto escolar enquanto positiva e necessária configura-se no desafio maior para o alcance proposto pela educação inclusiva e que requer ações cotidianas e efetivas por parte de nossas educadoras e educadores.

Sem a atenção para estas necessidades existentes no fazer pedagógico implica na invisibilidade inclusão e permanência de alunos e alunas em nossas escolas, tornando cada vez mais distante o ideal de se formar cidadãos conscientes e atuantes em nossa sociedade, originando alguns problemas como a violência, de todas as formas, a evasão, dentre outros que são enfrentados em algumas unidades escolares.

A necessidade de se desenvolver algumas estratégias de inclusão, bem como os recursos necessários à apropriação dos conhecimentos em contexto escolar, tornam tal garantia uma realidade, na qual encontre no propósito real de evitar a exclusão e que esteja presente na realidade escolar cotidiana ao invés de ser pontual e esporádica, desenvolvida somente por um grupo distinto de profissionais comprometidos com as possibilidades proporcionadas pela educação voltada a inclusão e a diversidade.

**REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Miriam & RUA, Maria das Graças. *Violências nas Escolas*. Brasília: UNESCO, Instituição Ayrton Senna. UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNIME, 2002.

ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação como prática da diferença*. Campinas, São Paulo: Armazém do Ipê, 2006.

ALCUDIA, Rosa. *Atenção à diversidade*. [et al.]; Tradução Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: *Adaptações Curriculares*. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

CAETANO, Marcio. Gênero e sexualidade: diálogos e conflitos. In: RANGEL, Mary (org.). *A escola diante da diversidade*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013, 35-68.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradutora Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1997.

JUNQUEIRA Rogério Diniz (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LIMA e GOMES. Icléia Rodrigues. *A escola como espaço de prazer*. São Paulo: Summus, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MATO GROSSO. *Orientações Curriculares e Pedagógicas para a Educação Especial no Estado De Mato Grosso*. Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais/Superintendência de Diversidades Educacionais/Gerência de Educação Especial. Cuiabá: SEDUC/MT, 2012.

ROSATO, Tatine Penariol de. *Política de currículo, identidades sexuais e performances de gênero*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SANTAELLA, Lucia. *Corpo e comunicação: sintoma da cultura*. São Paulo: Paulus, 2004.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves. Diversidade e educação: apontamentos sobre sexualidade e gênero na escola. In: RANGEL, Mary (org.). *A escola diante da diversidade*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013, 69-101.

SOUZA, Rosa Fátima de. VALDEMARIM, Vera Teresa. (org.) *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. São Paulo: Autores Associados, 2005.

VILLARRUEL-SILVA, Mário Luis. & VETORAZO, F. Helena G. *Sobre Representações Docentes: Sexualidades, Produção e Manutenção de Sentidos no Ambiente Escolar*. In: *Revista Direito e Bioética*. Disponível em: <<http://www.direitoebioetica.com.br/rev/index.php/direitoebioetica/article/view/4>> Acesso em: fevereiro de 2014.